

TAXA PAGA



Blumenau em cadernos

TOMO XIV ★ ABRIL DE 1973 ★ Nº. 4

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças
à generosa contribuição dos seguintes
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Tabacos Blumenau S/A.

Indústrias Têxteis Companhia Hering S/A.

Artex S/A.

Dr. Henrique Hacker - Blumenau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz

Empresa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Tecelagem Kühnrich S/A.

Electro Aço Altona S/A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Fundação Teófilo Zadrozny

Felix Hauer - Curitiba

Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro

Fritz Kühnrich - Blumenau

Armen Mamigonian - Presidente Prudente S.P.

Blumenau

em Cadernos

TOMO XIV

Abril de 1973

Nº. 4

ALGUNS IMIGRADOS ARGENTINOS, ANTI-ROSISTAS EM SANTA CATARINA

A. A. da Luz

Quando Juan Manoel Rosas voltou ao poder em Buenos Aires (1831), investido da maior soma de autoridade, fácil foi degenerar seu governo em uma ditadura que, contando-se com o 1º período, durou cerca de 24 anos. Amparava-se ele nas classes baixas da população, negros libertos e peões de estâncias, e no apoio do clero, que carregava seu retrato nas procissões. Perseguiu a maioria da intelectualidade argentina, que foi obrigada, pela ameaça de prisão ou de morte pela “mazorca”, a emigrar para os países vizinhos: Chile, Uruguai (principalmente) e até para o Brasil. A “mazorca”, que em castelhano significa “espiga de milho”, era uma associação de rosistas fanáticos, em que se encontravam alguns facínoras, que, na calada da noite, eliminava o adversário político, quase empre um argentino ilustre.

Nos meados do século dezenove, pela sua situação favorável nas rotas marítimas, a ilha de Santa Catarina, com sua cidade-capital, Desterro, desfrutava de grande preferência dos navios que iam e vinham do Rio da Prata. E o intercâmbio era grande entre Desterro e Montevideu e Buenos Aires. Assim a pequena cidade de Nossa Senhora do Desterro, que ainda não tinha calçamento nem iluminação pública, abrigou no seio de sua sociedade um pequeno contingente destes imigrados, que aqui se viam à salvo das ameaças rosistas e aqui conseguiram sobreviver até o dia do regresso à pátria já livre do tirano (1852).

Como hoje não há aqui jornais da época (e já os havia) pouco se sabe sobre estes argentinos exilados no Desterro. Contudo, de alguns ainda é possível conhecer os nomes e suas atividades aqui na ilha de Santa Catarina.

O mais conhecido, ainda, é Don Mariano Moreno, engenheiro,

que viveu alguns anos no Desterro. Era o filho único do grande Mariano Moreno que era formado em Direito e foi o secretário da Primeira Junta do Governo Argentino, no movimento da emancipação do vice-reinado do Rio da Prata, e que depois, enviado à Inglaterra como ministro, faleceu em alto mar, na altura da Bahia (1811). Nasceu o engenheiro Don Mariano em 1805 e faleceu em Buenos Aires em 1876. Don Mariano chegando ao Desterro começou a dedicar-se ao ensino da mocidade da terra: junto com o arcepreste Paiva abriu um curso para o ensino de humanidades, matemática e desenho; depois foi mesmo nomeado para uma cadeira no Liceu que o Governo Provincial abriu na Capital. Também no setor de sua profissão, Dom Mariano colaborou para o progresso local, fazendo projetos e orientando obras, Assim é de sua elaboração a planta do Hospital de Caridade, que foi construído depois da visita do imperador D. Pedro II e da D. Teresa Cristina ao Desterro (1845), pois o primitivo hospital, do tempo da vinda dos açorianos, já tinha caído em ruínas.

O célebre pintor brasileiro, aliás catarinense, Vitor Meirelles de Lima (1832-1903) recebeu instruções de desenho de Mariano Moreno, de quem pintou, um retrato em 1848, quando esteve em visita à terra natal.

Após a derrocada da ditadura, Moreno voltou à Buenos Aires e o novo governo aproveitou os seus serviços e a sua capacidade. Perenceu à Camissão de Ministros Plenopotenciários que teve a seu cargo os trabalhos preliminares da paz com o Brasil; por um decreto, foi convocado para o exército argentino e ocupou os cargos de Diretor do Colégio Militar, Diretor da Academia de Artilharia e atingiu o posto de Coronel; foi diretor das Obras Públicas da cidade de Buenos Aires e muitas outras cousas, como Professor de Física Experimental, etc. O interessante é que certas biografias, insertas em enciclopédias, dão como tendo estado refugiado na Europa em 1837, (não seria em Desterro?). Seu retrato pintado, por Vitor Meirelles, deve se encontrar em algum lugar de Buenos Aires: é só reconhecer Dom Mariano e ler a assinatura do pintor.

A 25 de janeiro de 1851, realizou-se na Igreja Matriz do Desterro (freguezia de N. S. do Desterro, da Ilha de Santa Catarina) o casamento de Arsène Lermite (filho legítimo de Pedro Lermite e Maria Joana Baron, naturais da França) com dona Rosa Guerra (filha legitima de Nicolau Guerra e D. Eustáquia Bolet, naturais da cidade de Buenos Aires). O interessante é que o noivo foi representado por seu procurador Dom Mariano Moreno e o casamento foi realizado pelo padre Mariano Verdugo (Berdugo) do Colégio dos Padres do Desterro. E serviu como testemunha Saturnino Rebuelto (seriam este Saturnino e o pai da noiva emigrados políticos?).

Outro imigrado que prestou grandes serviços à cidade foi o médico Dr. Juan José Montes de Oca que, com sua numerosa família, veio para cá e permaneceu aqui por mais de quatro anos. Um atestado do presidente da Província de Santa Catarina, Antero José Ferreira de Brito,

datado de 15 de Novembro de 1848, diz que "Montes de Óca desde que aqui chegou tem exercido a Medicina, com as devidas licenças das autoridades competentes". (Seus 2 diplomas, de Agosto de 1827, de Cirurgia e de Medicina dados pela Universidade de Buenos Aires, e o diploma de Professor de Medicina e Cirurgia (1), passado pelo Tribunal de Medicina da mesma cidade, tem no verso a seguinte anotação: "Registrado a fls.: 2, 3, e 5 do Livro respectivo. Secretaria da Câmara Municipal da Cidade do Desterro em 16 de Agosto de 1847. - O secretário Luiz de Souza Medeiros").

Continuando, diz o atestado de Antero: "A urbanidade, promptidão, caridade e acerto com que tem tratado seus enfermos, o tem constituído credor de todas as sympathias. Tem feito, como tenho presenciado e sabido, operações demasiadamente difficeis, e com resultados que bem caracterizam os seus conhecimentos scientificos. Tem sempre manifestado desinteresse, não só tratando muitos enfermos pobres, por caridade, como propagando a vaccina gratuitamente a todos que concorrem à sua caza para esse fim. É cuidadoso e fanatico pelo bem estar e educação de sua familia; esta corresponde à sua dedicação, pelo que é considerada com respeito e attenções por todos os habitantes desta Capital".

O médico argentino atendia também os seus patricios e de um, José Rivera Indarte, atacado de tuberculose e que aqui faleceu (19-8-1845), sabemos que fez a autópsia. (Veja-se: "Blumenau em Cadernos", abril de 1971 e julho de 1972). Aqui, auxiliou muito numa epidemia de variola.

Do Desterro, o dr. Montes Óca, transferiu-se, com sua familia, para o Rio de Janeiro e lá também viveu e trabalhou alguns anos, a ponto de dois de seus filhos, Leopoldo e Manuel Augusto, se formarem em Medicina pela Faculdade da Capital do Brasil. No Rio, também teve autorização para clinicar, e o seu diploma de Medicina tem no verso um "Termo de Verificação" assinado pelo Conselheiro José Martins da Cruz Jobim - Lente Diretor da Faculdade.

Como no Rio ocorresse uma epidemia de febre amarela, o dr. Montes de Óca teve ocasião de conhecer essa doença e escrever um trabalho sobre a mesma. Por todos estes serviços prestados à terra que os abrigou, foi agraciado pelo Imperador (D. Pedro II) com o título de Conselheiro da Ordem da Rosa. (2).

Após a queda de Rosas, voltou logo a Buenos Aires e sabemos isto porque no "Album" (3), oferecido pelos argentinos ao general brasileiro Marques de Sousa (Conde de Porto Alegre), de 5 de Março de 1852, assinam J.J. Montes de Óca e seus dois filhos, Leopoldo e Manuel Augusto. O Professor Montes de Óca, nascido na capital Argentina a 6-5-1806, veio a falecer ai em 22/2/1876; fora professor de Fisiologia e Anatomia na Universidade em 1828, mas demitido, refugiou-se em Montividéu, onde também prestou serviços médicos aos outros refugiados; também bateu-se, como soldado, durante o sitio da cidade pelas forças federais (de Rosa); e durante a Guerra do Paraguay foi médico do exército argentino. Voltou à Universidade, para as cátedras

de Anatomia, Medicina e Cirurgia da Clínica Cirúrgica do Hospital dos Homens. Foi decano da Faculdade de Medicina. Foi sucessivamente deputado provincial durante 14 anos, presidente da Câmara de Deputados e Vice do Senado.

Um outro imigrado, do qual entretanto sabemos pouco, é Benito Antônio Miguel Lynch, nascido em Buenos Aires em setembro de 1791 e falecido em 6/1/1865, que esteve e foi ferido na batalha de Trafalgar, depois prisioneiro dos Ingleses. Participou da guerra da Independência argentina. Seu irmão, o coronel Francisco Lynch (3/8/1795), também guerreiro da independência e anti-rosista, foi morto a punhaladas, pela "mazorca", na noite de 3/5/1840, numa praia, quando tentava fugir para Montevidéu. Benito Lynch veio para S. Catarina e aqui esteve até 1850, quando se lê no jornal "Novo Iris" uma sua despedida por ter de voltar ao Rio da Prata.

Um que ficou bastante tempo no Desterro e que amparava outros colegas de infortúnio, como Rivera Indarte, foi Julian Paz, cordobês, nascido em 16/3/1793 e falecido em Montevidéu em 1/3/1851, não chegando portanto a ver a derrota de Rosas em "Monte Caseros" (3/2/1852). Na mocidade participou de várias batalhas (Tucuma, Salta, Vilcapuyo, Sipe-Sipe) da guerra da independência argentina; contraíndo paludismo (malária), deixou o exército e passou a exercer o comércio em Córdoba e depois a função de administrador dos Correios, em lugar do pai que o fôra por 40 anos. Acompanhando depois o general La Madrid, caiu prisioneiro dos federais; obrigado a passar á Colonia (Uruguai) dedicou-se aí á lavoura. Encontrava-se aí, em 1840, quando o seu irmão, o célebre general argentino José Maria Paz, já prisioneiro dos rosistas, evadiu-se de Buenos Aires. Radicou-se, depois como comerciante em Montevidéu, donde passou, para S. Catarina (Desterro) e onde provavelmente continuou na atividade comercial.

Seu irmão, o general Paz, não foi propriamente um imigrado no Desterro, pois que aqui esteve, detido por ordem do presidente Antero, apenas quarenta dias: mas não o foi, contra a sua vontade, pois seu desejo, tempos mais tarde, era viver na pequena e pacata cidade de S. Catarina, onde já estava Julian.

José Maria Paz foi um dos mais notáveis generais da Argentina; figurou nas guerras da independência (tomou parte numas 15 grandes batalhas, das quais muitas foram dirigidas por ele) e durante mais de 30 anos participou das lutas civis de sua pátria (e, como escritor que era, além de grande tático, deixou livros, como - "Campanhas contra Rosas", "Memórias Póstumas", em que relata os acontecimentos e aprecia os fatos e os homens do seu tempo). Era maneta do braço direito (por ferimento na guerra) não usava espada; possuía profundos conhecimentos em matemática e na arma da artilharia (por ser maneta era conhecido por o "Manco" - maneta, em castelhano, Paz).

Em julho de 1844, saiu, embarcado de Montevidéu e chegou

ao Rio de Janeiro, onde fôra em busca de auxílio para a continuação da luta contra Rosas; fracassado o seu intento de ir a Corrientes, não podendo obter no Rio o passaporte necessário, saiu desta cidade, com destino ao sul, com nome suposto, no vapor "Todos os Santos" no dia 30/8/1844 e chegou a Sta. Catarina a 2/9/1844. "Ali fui reconhecido e obrigado, pelo presidente Antero, a permanecer, enquanto dava contas á Corte. Depois de uma detenção de quarenta dias, tive que continuar minha viagem no vapor "Thetis", tomando outra vez nome suposto, que conservei até que cheguei a Corrientes". Os outros exilados devem ter colaborado para esta fuga do general, que deveria ter desembarcado em Laguna, pois diz: "No dia 30 de outubro á noite, embarquei em São Francisco de Paula (5) (que fica, em cima da serra, no Rio Grande do Sul,) guardando sempre o incógnito; no dia seguinte atravessamos a logoa dos Patos e no terceiro chegamos a Porto Alegre. Levava comigo toda a minha família (que tinha ficado na cidade do Rio Grande) e alguns chefes e oficiais agregados á minha comitiva" (pg. 194).

Depois de desviar-se de uma emboscada atribuída aos "farrapos", "segui minha viagem por água até S. Amaro, freguesia que está a 10 léguas antes de chegar a Rio Pardo e daí continuei por terra servindo-me de bois, que é o único meio de condução que se apresenta". Ia se internando num país devorado pela guerra civil. Na noite de 18 novembro passa por Itaqui. Descendo o rio Uruguai, a 21 chega a Passo de los Libres (território, então de Corrientes).

Nesta provincia argentina reorganiza o exército unitário, recomeça a luta contra Rosas, é derrotado e interna-se no Paraguai.

Em janeiro de 1847, J. M. Paz, com ordem do presidente Paraguaião Lópes, e com uma escolta, saiu de Assunção e, atravessando o território de Missões (riograndense) chegou, com sua família, vários chefes e oficiais, a São Francisco de Paula. Quis ir residir em S. Catarina, mas o encarregado argentino Tomaz Guido não deixou e disse que Paz só podia "residir em Rio de Janeiro, sin poderse alejar ni un paso para el sur".

Durante o tempo que viveu no Rio (4 anos e meio), foi solicitado pelo governo oriental, para dirigir a luta anti-rosista, mas o governo imperial não consentiu e Paz excusou-se por motivo de saúde. Trabalhou numa casa de venda de café. "Aqui vivo pobre, mas não quero chamar-me desgraçado", "no me ha faltado o bastante", disse em carta a um amigo (Dom Domingo de Oro).

Só voltou à Argentina, muito depois de "Caseros"; então foi ministro da guerra por duas vezes.

Não podemos terminar este artigo sem dizer como acabou a ditadura rosista. Uguisa, general que usava cartola na guerra (como um certo general inglês em Waterloo) e governador da provincia argentina de Entre Rios, saturado da ideologia de Rosas, resolveu trai-lo e começou por substituir os clássicos e oficiais "vivas e morras" (Viva a Confederação Argentina! Morram os selvagens Unitários!) por outros slogans seus:

“Morram os inimigos da organização Nacional!” (O jornal desterreense “Novo Iris”, nº. 126 de 6/6/1851 noticia este fato, que é considerado o rompimento de Urquiza com Rosas). O Brasil, conhecendo esta disposição de Urquiza, explorou-a e fez com ele uma aliança para derrubar Rosas, que há anos vinha provocando o governo imperial (Rosas, como todo ditador, necessitava da guerra para se manter no poder, e como tinha sido sempre feliz, desejava ardentemente uma guerra com o Brasil, que, até então tinha se esquivado). Agora, com Urquiza aliado, e diante de nova provocação, resolveu romper as hostilidades. O Conde de Caxias foi encarregado de reunir as forças do Rio Grande e iniciar a guerra. O jornal “Novo Iris”, nº. 153, publica em destaque, na 1ª. página, a “Proclamação” do Conde de Caxias, quando marchou para o Rio da Prata.

O resto é o que se sabe do estudo da história pátria. Aconteceu a batalha de “Montes Caseros” (3-2-1852) e a fuga de Rosas para Buenos Aires e depois para a Inglaterra...

Quando estava exilado na legação inglesa, disse, a uma observação de Mrs. Gore: “eu montei neste povo (argentino), apertei-lhe a chinha meti-lhe as esporas; corcoveou; não foi ele quem me derrubou...” “foram os macacos!” (6)

Uma apreciação rigorosa e justa da História sobre Rosas ainda não foi feita. Apesar de uma avalanche bibliográfica deste período de “Pai-xões desatadas”, muitos ainda ficam em dúvida sobre a personalidade e a obra de Rosas. O nosso historiador J. Pandiá Calógeras p. ex., na “Formação Histórica do Brasil”, página 231, no título 115 - “Campanha exagerada contra Rosas” - depois de considerações, conclue que “A honra da história exige sejam revistos tais juízos difamadores”.

Mas Rosas, mesmo, depois de 25 anos de exílio na Inglaterra, vivendo só e na pobreza, ao morrer, com 82 anos de idade, dizia que “morria sem remorsos...”

- (1) - Fora professor da Universidade de Buenos Aires e, por ser oposicionista, demitido por Rosas!
- (2) - Fotocópias dos diplomas, do atestado de Antéro, e do título de Conselheiro, foram gentilmente enviadas da Argentina, pelo Dr. José Maria Leiro, para o prof. Oswaldo R. Cabral, que teve a gentileza de passar às nossas mãos para a feitura do presente artigo.
- (3) - Anais do Museu Histórico Nacional, (1945), pgs. 11 e 14, “Presença do Império...”
- (4) - Paz, José Maria - “Campanhas Contra Rosas-Memórias Póstumas” - 3ª. parte, 980 N d 113, Biblioteca Municipal - São Paulo - pag. 181.
- (5) - Deveria ter subido o caminho de “Rocinha”.
- (6) - Rosas (Um Luiz XI de bombachas) - Ignácio José Veríssimo, II, página 390, apud Angel Bassi: “El tirano Rosas”.

UMA EXPEDIÇÃO LAMENTAVEL

Em seu nº. 41, de 12 de março de 1905, o jornal "Novidades", de Itajaí, publicava a seguinte notícia: "A Expedição contra os Bugres." Em nosso número passado, demos um telegrama noticiando ter chegado, de volta a Brusque, a turma de batedores, que seguira d'ali no dia tres de fevereiro, trazendo flechas, arcos, outros objetos e um pequeno bugre.

O nosso correspondente, n'aquela Vila acaba de enviar-nos, em carta, informações detalhadas a respeito da interessante caçada.

A turma composta de 16 homens, chefiada pelo célebre batedor de bugres Martinho Marcelino, morador na Angelina, que d'ali viera incumbido de desempenhar essa árdua missão, internou-se no mato no dia 4. Antes, tudo quanto era necessário para levar a efeito a difficil empresa fora posto à disposição do chefe e demais homens pelo superintendente sr. Vicente Schaefer. Até ao Ribeirão do Ouro, a viagem foi feita em carroças; No dia 5, Martinho e tres companheiros começaram a fazer reconhecimentos e a explorar o terreno, podendo certificar-se de que não havia paradeiro dos selvagens. Esse reconhecimento durou tres dias. No dia 9, pela madrugada, os 16 homens se embrenharam na mata, seguindo rumo sul, guiados pelos indícios constantes de picadas, ranchos ainda novos à distância uns dos outros de

4 a 5 quilometros, e diversas abelheiras tiradas pelos silvicolos. No primeiro perimetro em que estavam e onde esperavam surpreender o inimigo, nada foi achado.

Depois de estarem internados cinco dias na mata, tendo por vezes atravessado caudelosos braços de rios que supõem afluentes do Tijucas, os expedicionários encontraram um rancho, pelos sinais apenas há pouco abandonado, havendo dentro dele um pilão e muitaservas socadas e o cadáver de um bugre envolvido em folhas de caeté. Aí a turma fez alto e Martinho e mais tres companheiros procederam de novo a reconhecimentos, dando muito perto com dois trechos de picadas muito limpas e abertas em forma de cruz e no ponto de cruzamento um tóro falquejado e em cada uma das faces muitas garatujas como que desenhadas de alto a baixo e afetando a forma da letra m, conjugada com o n, e escrita sucessivamente diversas vezes. Presentindo perto o movimento dos selvagens, Martinho subiu a uma árvore, de onde descobriu grande ajuntamento deles, mas ao descer foi picado por uma grande jararaca. Feito imediatamente o primeiro curativo, regressou com os tres companheiros a juntar-se com o resto da expedição, a fim de tratar-se e dizer aos outros o resultado da Exploração.

Martinho, tendo observado

que o número de bugres era bem grande e que dezesseis homens era insuficientes, conseguiu mais sete companheiros, no Ribeirão do Ouro, e a turma deste modo composta de 24 homens encaminhou-se, no dia 17, provida de mantimentos para o ponto onde tinham sido visto os selvagens. Mas aí chegando, verificaram haverem eles se ausentado, tomando rumo do oeste, naturalmente por terem pressentido a aproximação da turma.

Dirigindo suas pesquisas nessa direção, percorreram com mil dificuldades grande extensão de sertão, atravessando rios cheios em jangadas que improvisaram. A 23, depois de terem descoberto 94 ranchos rodeados de trincheiras, encontraram também com enorme espanto um número enorme de jararacas mortas, que eles dizem ser 62, como se aquilo fosse o resultado de uma caçada e 112 abelheiras tiranas. Nesse mesmo dia, num faxinal imenso sobre o chapadão denominado do Fauser, começaram a sentir indícios de que os bugres estavam próximos. Mas não quizeram, sem primeiro observar a posição deles, dar o ataque, que foi levado a efeito no dia 26, domingo, às 2 horas da madrugada. O assalto foi assim descrito em suas linhas gerais, por alguns homens da turma.

Devido a grande escuridão daquela hora, os 24 homens, para não se perderem uns aos outros, seguiram assim: o que marchava atrás, apoiava a mão no que ia na frente e guiava o estranho prestíto o chefe Martinho com uma vela acesa, em direção aos ranchos que haviam descoberto de dia. Aí

chegando com as maiores cautelas, a um sinal convencional, deram o ataque. Estabeleceu-se uma confusão enorme: gritos, pulos, imprecações, um berreiro infernal por parte dos selvagens. Não contam os expedicionários terem feito eles uma boa chacina, apoderando-se de tudo quanto existia dentro dos ranchos e de um bugrinho de 8 a 10 anos de idade. Havia grande quantidade de carne de anta e armamentos.

A turma chegou a Brusque, de volta, no dia 4, depois de ter passado quase todo o mes de fevereiro no mato. Vem radiante pelo sucesso obtido e traz como troféus os objetos apreendidos; é interessante a relação desses objetos: cento e tantas flechas, vinte e tantos arcos grandes e pequenos, muitas lanças de formato esquisito, virotes, chuços, e muita ferramenta, tres sacos com rosários, tesouras, navalhas, facas, objetos de folha de Flandres, cordas, cestos de uma fatura admirável, um cãozinho e até uma estola de padre.

Há ainda, além de outras miudezas, que vão aqui descritas, pulseiras, dedais, moedas de vintém, espoletas, capsulas de cartuchos, fivelas, sendo algumas de prata, e as que se usam em guaiacas, arcos de correntes de prata, muitas qualidades de machinismos de relógios, dentes de animais e unhas de antas.

O pequeno bugre apreendido parece ser da tribo dos botucudos, visto trazer, atravessando o lábio superior, uma espécie de batoque”.

UMA COLEÇÃO ORIGINAL

Por Gustavo Konder

A história do Recife antigo está relatada na original coleção de rótulos dos maços de cigarros do século passado que, o jurista Dr. José de Brito Alves, falecido em 1963, doou ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, da maravilhosa capital pernambucana.

O ilustre escritor e sociólogo, Gilberto Freyre, já examinou os interessantes documentos e declarou tratar-se de material de alta valia histórica. A coleção reúne mais de mil etiquetas de fábricas de cigarros, todas já desaparecidas.

O advogado do extinto jurista e doador disse que seria um egoísmo imperdoável guardar, no seio da família, documentos pitorescos e históricos da vida recifense e pernambucana. A aludida coleção fôra selecionada com muito amor e paciência pelo avô e pai do doador.

Antigamente, o recifense acompanhava os fatos políticos, sociais e pitorescos de sua cidade, entre as fumaradas de cigarros adquiridos nas esquinas. As legendas não eram como as de hoje. A cada nova aparição, as fábricas, que eram numerosas, imprimiam em litogravuras rótulos relacionados com pessoas ou fatos importantes.

É fascinante ler e admirar os rótulos dos maços de cigarros do passado. Na época em que brigavam católicos e maçons, como por exemplo, a firma Layme & C^o. inventou os cigarros "Catholicos". A fábrica possuía o seu depósito na rua do Rosário da Boa Vista e a sua marca "Catholicos" era a réplica a outro produto, que num maço vistoso, mostrava os cigarros "Maçons", em reverência "O Grande Oriente", de Pernambuco.

Os portugueses, residentes no Recife, também aproveitaram os acontecimentos históricos da sua terrinha e lançaram os cigarros "Portugal", em cujo maço figurava um fidalgo dominando um padre jesuita, por causa da acirrada contenda entre os jesuitas e o Marquês de Pombal.

As pessoas importantes de Pernambuco eram sempre lembrados e os recifenses antigos gostavam de homenagear os vultos da era, fumando os cigarros que prestigiavam as suas figuras.

A firma Santos & C^o, estabelecida no Arco da Conceição, fabricava cigarros «Doutor Joaquim Nabuco» e, mais tarde outra marca famosa, «Príncipes da Liberdade», onde apareciam juntos, Joaquim Nabuco e José Mariano, dois grandes abolicionistas.

Outras marcas de cigarros: "Cigarros do Baile", para serem utilizados nas grandes festas sociais, perfumados e finos; "Saborosa Fumaça", usados pelos universitários; "Cigarros do Diabo a Quatro", como preito a um clube carnavalesco.

A fábrica Bazar Victoriense, não contente com a saída de sua

mercadoria, inventou os "Cigarros ao Cabeleira", em homenagem a um dos mais temíveis desordeiros da época.

Loyrenço José de Freytas, outro cigarreiro profissional, observando o fracasso dos cigarros "para baile", confeccionou um rótulo com um perú segurando uma rosa no bico. Esses perús se tornaram os procurados das damas e cavalheiros da sociedade e tinham o nome pomposo de "Cigarros dos Perús de Casaca".

Um fabricante mais esperto e espirituoso, achou que versinhos nas etiquêtas trariam melhor vendagem, botou nos maços de cigarros "Cara Nova", a seguinte quadrinha: - Cara dura já morreu, aqui está a cova, mas não se choquem, aqui estou eu, que me chamo cara nova".

Outros procuravam firmar a marca da venda, escolhendo um título sugestivo para o seu produto. A fábrica de cigarro Normalista, por exemplo, lançou ao mercado consumidor os cigarros "A Fama Vôa".

Os acadêmicos de Direito de Recife constituíam um mercado certo e propagavam as disputas entre as fábricas.

Existiam diversas marcas de cigarros criados em homenagem aos estudantes do Recife antigo, na coleção que o jurista Brito Alves legou ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Dessas marcas, a mais interessante é aquela que presta uma reverência ao célebre e popular orador Budião de Escama que, sem ser estudante, vivia no meio acadêmico. A firma A.R. de Lima, para atrair, os estudantes, lançou um maço no qual se lia: - "Cigarros a Budião de Escama" - "Únicos inventores, A.R. de Lima" - Dedicados ao Corpo Acadêmico".

O estudante que frequentava irregularmente a Faculdade, preferindo as festinhas, não foi esquecido. Havia o "Estudante Improvisado", em cujo rótulo aparecia um moço bem vestido, sobraçando tudo, menos livros. . .

O velho e romântico transporte ferroviário ficou perpetuado pelos cigarros "A Machanbomba", que causaram muito sucesso. As serenatas do Recife antigo, os namoros escondidos de uma para outra janela, os tipos populares, os feitos dos homens de então, tudo isso era contado por meia centena de fábricas da época que ao lançar os seus produtos escreviam à sua maneira, sem o saber, um pouco de história do Recife imperial.

Vou relatar, finalizando um pouco da minha terra natal, Itajaí. Quando eu ainda era bem pequeno, havia na rua Dr. Pedro Ferreira uma modesta fábrica de cigarros com figurinhas de animais do jogo de bicho. Toda a criançada as colecionava e disputava as faltantes para completar a sua coleção. Eu tive a coleção completa, que depois vendi por algumas patâcas. A figura do jacaré era a mais rara naturalmente uma esperteza do fabricante.

UM MORRO HISTÓRICO

CELSO LIBERATO

Quem hoje passa pela estrada Itajai-Brusque, na altura da Itoupava, perto da Ponte Nova e da antiga casa de negócio e moradia de Alberto Werner, pioneiro daquelas paragens, quem por ali trafega, ha de vêr um morro alto e pedrento, chamado da Araponga, agora mergulhado num silêncio de êrmo.

A muitos passará despercebido. Um morro como tantos outros, de pedras e matas.

Mas o morro da Araponga tem a sua história.

Foi para os itajaienses uma grande escola de caça e ponto de encontro marcado nas geladas manhãs de inverno.

Para os veteranos caçadores, curtidos no acesso difícil às matas cerradas, o morro da Araponga de chão limpo, áreas rarefeitas e caminhos cruzados, era simplesmente um jardim.

Hoje, nem o velho alarido dos caçadores nem o martelar metálico das arapongas são mais por aquelas grotas e picadas.

Mas no passado, na época de caça, o morro fervia de gente equipada de espingarda e patrona. Dizia-se até que às vezes havia mais caçadores do que mesmo arapongas.

Quasi sempre o cheiro da pólvora queimada abafava o odor das

flores e bagas do mato.

Se uma araponga pousava descuidadamente num galho alto e seco de licurana, vários tiros explodiam ao mesmo tempo, partidos de todas as direções, a ponto de às vezes não se saber a quem pertencia, de pleno direito, a pequena peça abatida.

Era uma verdadeira barreira de chumbo a atrapalhar a vida do passaredo. Havia até o perigo de os tiros atingirem os próprios caçadores, ao invés das assustadas arapongas. Às vezes ficava o morro mais povoado de gente do que de pássaros.

Lembro-me ainda que em uma fria manhã, dessas de bater queixo, encontramos o nosso amigo o ilustre conterrâneo Coronel Eugênio Luiz Müller então deputado federal ou vice-governador do Estado, que depois de penosa subida tomava fôlego na chapada do morro, apoiado em sua fogo-central de dois canos.

E lembro-me ainda melhor, que certamente cansado de olhar em vão para as altas copas das árvores e talvez já desesperançado de vêr de papo pro ar uma araponga que fosse, eis que naquela manhã elas andavam, escassas e sabidas demais, teve o Coronel este desabafo para a nossa turma de aprendizes-caçadores: «Ora se eu imaginava de vir hoje caçar no morro da Araponga!»

E arrematou: «Foi lembrança do Eugeninho».

Madrugadores assíduos do morro da Araponga eram meu irmão João Alfredo (Sinhoca) há muitos anos residente em Recife e Demosthenes Bornhausen (Tenis) há pouco falecido em Itajaí, dois bambas do bodoque e da espingarda, mestres de presteza no gatilho e segurança de pontaria. Araponga que caísse na fria de baixar na bagueira deles, não chegava a pinicar a primeira baga, estatelava-se no chão com uma carga de chumbo mustarda no gogó. Era tiriquéda.

Mais tarde evoluíram para a caça de porte.

E não faz muito tempo, o João mandou-se para o sertão do Piauí em caçada de onças e outros bichos.

O passado passou. As arapon-

gas ou morreram no grito ou foram cantar em outras freguezias mais serenas e menos aguerridas.

Mas o morro da araponga que para muitos era da Garaponga - cansado de guerra, cenário de tão vastos morticínios, ali está e ali estará ad-infinitum a encadear os capítulos de uma história fora de série que lembra aquelas tão bem contadas por Viriato Correia em suas «Histórias que não vêm na História».

Nunca mais, o alvoroçado bater de asas pelas ramagens do hoje depenado e despovoado morro da Araponga.

Nem de longe o eco dos tiros e o tropel dos caçadores de antigamente.

Mas salve a nossa tradição itajaíense de caça e pesca.



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE ITAJAÍ

Silveira Júnior

José Ferreira da Silva sempre afirmou que Vanconcelos Drummond construiu a sua sumaca «S. Dominos Lourenço» à margem do Itajaí-Mirim e não na desembocadura do Itajaí-Açú. Como para mim esse era um detalhe irrelevante, porque podia muito bem que Drummond houvesse construído a embarcação em qualquer zona ribeirinha e, não obstante, houvesse se apossado de terras no Itajaí-Mirim, porque para lá é que o Ministro Vilanova Portugal o despachou, nunca me aprofundei nesse detalhe, como nunca havia me detido a ler a «Corografia Brasilica» do padre Aires Casal, senão através de citações.

Eis, porém, que agora me chegam às mãos dois volumes, editados pelo MEC, da obra fac-similada de Casal, uma elentada edição de quase 1000 páginas e nela me detenho a ler as descrições da costa brasileira no estilo pitoresco e ingênuo do padre geógrafo.

Releva notar que esse livro foi publicado em 1817 mas, segundo Caio Prado Junior, o mesmo já estava concluído no início de 1816. Sendo uma obra imensa para os meios de comunicação da época (e falo «meios de comunicação», porque, sendo uma corografia que descreve a costa brasileira desde o extremo sul do Rio Grande até as Guianas, não se poderá excluir a necessidade de observação local, e portanto, de longa viagem de estudo e anotações) não é exagero supor que ela hovesse sido compilada ao longo de 3 ou 4 anos. Portanto, sendo a Província de Santa Catarina relatada logo no início do livro (a partir da página 180), é lícito supor que essa parte haja sido escrita lá pelos idos de 1812 ou 1813, 6 ou 7 anos antes de Drummond construir a sua sumaca.

Mas continuemos o raciocínio. Que diz o padre Manuel Aires de Casal do rio Itajaí? Diz o seguinte (em resumo, mas sem alterar a essência nem a grafia original): «Perto de tres léguas adiante (Casal conta essas léguas a partir da desembocadura do rio Camboriú) está a desembocadura do grande Tajahy, que tem pouco menos de sessenta braças no lugar da passagem um pouco arredada da praia.....» «As sumacas sobem por elle tres milhas; as lanchas e canoas grandes navegam livremente largo espaço até o primeiro salto. Obra de sessenta braças acima torna a ser navegável por espaço de tres dias à cirga (1) e outros tantos a remo até outra cachoeira, donde senão passa. Os principais afluentes que o engrossam são o rio Luiz Alves, que vem do Noroeste e hé navegável por canoas pequenas, e o Tajahy-mirim, que vem do Sudoeste, e dá navegação a canoas por espaço de dez léguas».

Numa chamada de pé-de-página (página 188 da edição original) acrescenta Aires Casal: «O Tajahy nasce entre o Rio Negro e o Correntes, que vam para o poente. Nas suas adjacências há muitas serrarias». E noutra chamada da mesma página: «O rio Luiz Alves corre junto da serra do **Bahul**, que se avista do mar em grande distância».

Estas «serrarias», ainda segundo Ferreira da Silva, eram esteleiros para desdobramento de toras à mão, porque as serrarias mecânicas movidas a água apareceram muitos anos depois, nesta região.

Segundo os dicionários, «sumaca» é uma embarcação de dois mastros, maior que uma canoa. É essa embarcação que Drummond diz haver construído em 1820 e que Casal informa que subiam tres milhas pelo Itajaí acima, em época anterior a 1816.

Mas um detalhe me intrigava na descrição de Casal: «Por que essas sumacas subiam apenas tres milhas pelo Itajaí acima, se o rio é francamente navegável para embarcações desse porte, pelo menos até a ponte do Salto, acima de Blumenau»? E a resposta me veio, talvez errada, mas depois de consultar o dicionário. Sendo a sumaca uma embarcação de maior porte que a canoa, ela certamente poderia navegar à vela no mar, mas não teria condição de velejar rio acima, além das proximidades, da foz, ainda sujeitas aos ventos marinhos ou... (e aí é que entra o dicionário) ser levada à sirga em pequenos trechos da desembocadura do rio, quando falhassem os ventos marinhos.

Já a canoa, mais maneira, poderia ser conduzida a remo rio acima, ou levada pelo vento ou à sirga e a remo, conforme diz Casal.

Da descrição de Aires Casal resulta claro que o trânsito de sumacas no Itajai-Açú era rotina muito antes de 1817. Por que então haveria Drummond de dizer que a «S. Domingos Lourenço» foi «a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajai carregada de feijão, milho, e tabuado?». Considerando-se não haver a menor dúvida de que Drummond construiu apenas uma sumaca, por «daquele porte» deve-se entender «daquele tipo» ou «daquele tamanho», isto é: uma embarcação de dois mastros.

Também é certo que em 1820 e antes disso sumacas entravam e saíam livremente no e do porto do Itajai-Açú. E certamente haveriam de sair carregadas com produtos da terra, notadamente com tabuado das serrarias circunjacentes, que não se leva uma sumaca rio acima para vê-la deslizar vazia rio abaixo...

Dai a minha convicção de que a sumaca de Drummond teria sido a primeira embarcação desse lote que passou a barra do Itajai-Mirim, porque neste rio, segundo Casal, até antes de 1816 a navegação que lá se praticava era de canoa e não de sumaca.

Mas para o meu foro íntimo, tenho outro elemento de convicção, falho de historicidade, mas repleto de lógica interior. É que por aqui nunca se usou a expressão barra-do-rio para designar o lugar onde o Itajai-Açú deságua no Oceano, mas sim para nominar o local onde o Itajai-Mirim deságua no Itajai-Açú. Foi assim que o dr. Blumenau designou em 1864 o limite leste da estrada que começava na Colônia Blumenau e terminava na barra-do-rio-Itajai. Garantidamente, ele não queria dizer que o caminho que é hoje a estrada Jorge Lacerda ia terminar no mar, exatamente que ela terminava onde começava o nascente arruamento do povoado de Itajai, isto é: na nossa tão conhecida Barra-do-Rio, aquele lugar onde o Itajai-Mirim desemboca no Itajai-Açú.

Mesmo que a sumaca de Drummond houvesse sido construída em outro lugar que não o Itajai-Mirim, eu estou pessoalmente convencido de que ela foi a primeira embarcação desse tipo que transpôs a barra-do-rio Itajai, isto é: o lugar onde o Itajai-Mirim desemboca no Itajai-Açú.

PS: Nem Marcos Konder acreditava que Drummond houvesse construído a sua embarcação às margens do Itajai-Açú, tanto que, no artigo «A Pequena», que publicou no jornal «O Libertador», de Itajai, de 27 de dezembro de 1956, afirmava: «Vasconcelos Drummond construiu o primeiro barco oceânico, a sumaca «S. Domingos Lourenço» e montou o primeiro engenho de serrar madeira, utilizando para tal fim um dos maiores ribeirões que desembocava no rio. Talvez fosse o afluente antigamente chamado da Preta Caetana e hoje conhecido como da Fluvial». Evidentemente que não poderia ter sido às margens do Ribeirão da Caetana, que nunca foi navegável e que se transformava num simples alagadiço a menos de um quilômetro da foz, não permitindo a passagem de uma simples canoa. SJ

(1) - A cirga - grafia incorreta de à sirga, que é a ação de puxar um barco com cordas, ao longo da margem do rio.

Estante Catarinense

CARLOS BRAGA MUELLER

(Um panorama dos livros e escritores catarinenses)

«A FUNDAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS» - de Evaldo Pauli - Edições E-
DEME - Florianópolis/1973

O professor Evaldo Pauli começa seu livro com objetividade.

«No passado remoto a Ilha de Santa Catarina foi um ponto estratégico de grande significado, como meio caminho entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, ponto obrigatório dos navios em trânsito. - Depois que se iniciou o povoamento do Sul - processo de ocupação agora tricentenário, - ainda se converteu num centro de suficiente irradiação, para uma expansão territorial, de que finalmente resultou o atual Estado de Santa Catarina. Consequentemente, a História da fundação de Florianópolis pelos valorosos bandeirantes, coincide inicialmente com a mesma História do Estado. Por isso a exposição destes fatos, além de interessar aos florianopolitanos, importa também aos catarinenses em geral».

«A Fundação de Florianópolis» é um livro agradável: de leitura fácil e amena, com apresentação gráfica muito boa, veio aliar-se a outros estudos que tratam do ano em que teria sido fundada a povoação de N. Sa. do Destêrro, na Ilha de Santa Catarina.

Evaldo Pauli defende uma tese: o tricentenário deve ser comemorado este ano, ou seja em 1973; outros acham que a criação do Município, em 1726, deva ser considerado como o ano de fundação. Para estes, portanto, o tricentenário somente ocorrerá daqui há 53 anos.

Particularmente, somos pela tese de Pauli. Se o bandeirante Francisco Dias Velho mandou seu filho José Pires Monteiro fundar uma povoação, na primavera do ano de 1673, essa é a data que prevalece.

Aliás, Blumenau teve problema quase idêntico.

Em fins do século passado, achavam alguns que a fundação de Blumenau teria sido em 1852, ano em que os lotes foram efetivamente distribuídos entre os colonos alemães. Todavia, o DR. Hermann Blumenau aportou às margens do Itajaí Açú em 1850, dando início à colonização. E assim, por ato do então Intendente José Bonifácio da Cunha, foi estabelecido o ano de 1850 como sendo o da fundação de Blumenau.

A prevalecer esse entendimento, a tese de Pauli é válida.

O livro tem várias ilustrações de Mário Ralph Correa, que se baseou em descrições históricas da época, enriquecendo a obra de Pauli.

Além de defender sua tese, o autor destaca as «fases cronológicas do povoamento da Ilha de Santa Catarina», classificando-as em seis etapas, que vão desde a fase anterior ao processo povoatório bandeirante, até um sumário do desenvolvimento demográfico de Florianópolis.

AS DEFESAS DA ILHA DE SANTA CATARINA NO BRASIL COLÔNIA,
de Oswaldo Rodrigues Cabral - Edição do Conselho Federal de Cultura/1972.

Veio ter às nossas mãos um exemplar dessa obra, de magnífica feição gráfica, impressa pelo Departamento de Imprensa Nacional, sob os auspícios do Conselho Federal de Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que o autor é membro. O volume nos foi cedido, por empréstimo, pelo historiador José Ferreira da Silva, para que pudéssemos apreciá-lo. Trata-se de uma edição não muito fácil de encontrar em livrarias, o que lhe dificulta o manuseio por muitas pessoas que, bem sabemos, teriam grande interesse na obra.

Confessamos que valeu a pena conhecermos o livro. Fartamente ilustrado, «AS DEFESAS DA ILHA DE SANTA CATARINA NO BRASIL COLÔNIA» é um documentário histórico de alta valia para a bibliografia barriga-verde.

Partindo dos documentos que, em 1737, reivindicavam a el-Rei D. João V a fortificação da Ilha de Santa Catarina, Oswaldo Rodrigues Cabral nos dá uma visão geral de todas as fortalezas que foram, então, edificadas na Ilha. E mais: de todas, são apresentadas as plantas, com a situação dos quartéis, dos paíóis, armazéns, e assim por diante.

Vamos conhecendo, uma a uma, as fortificações que tinham por incumbência a defesa de nossa costa contra as investidas dos países inimigos ou dos corsários.

Todavia, o sistema defensivo, armado na Ilha, falhou. E para explicar esta falha, nada melhor do que reproduzirmos um trecho do que escreve Rodrigues Cabral em seu livro:

«Como partes integrantes de um sistema defensivo, as Fortalezas e Fortes da Ilha de Santa Catarina que, muitas vezes, em três séculos diversos e com dois de existência, tiveram variada serventia (como prisão comum e de Estado, local de fuzilamento e postos de meteorologia), demonstraram a razão estava, pelo menos em parte, com os críticos que estudaram as suas condições, a sua localização e a sua construção, a sua posição e o seu armamento e os condenaram a quase todos, como impróprios e incapazes de realizar os seus fins. Isto porque, na única vez que foram chamados a defender a Ilha, fracassaram totalmente, por este ou

por aquele motivo.

Se os erros cometidos foram pelos seus construtores ou se eles se acumularam pela culpa dos homens que deviam guarnecê-los ou mantê-los como baluartes e peças importantes do sistema de defesa e não o fizeram, não será, talvez, possível dizê-lo, pois uma só experiência não pode conduzir a uma afirmativa mais ousada.

Depois do primeiro e único fracasso, pelo menos, dos mais importantes deles, todo o sistema entrou em colapso e as tentativas posteriores de reergue-los e de recuperá-los encontrava no consenso geral a descrença da sua valia, levantada pela primeira vez por Mr. Meneron. Caído um nas mãos do inimigo, como dissera, os demais teriam sido apenas espectadores, se tivessem esperado o bastante para sê-lo e não tivessem fugido os seus guarnecedores. De qualquer forma, o fracasso de 1777 determinou o posterior descrédito do sistema, como, antes da tomada, o derrotismo já o havia determinado. Cairam então no abandono e entraram em ruínas; hoje são apenas monumentos arruinados, quase desfeitos, de uma época e nada mais, saqueados e ocupados por intrusos uns, desaparecidos totalmente outros».

Essa narrativa de Rodrigues Cabral sintetiza o epílogo das fortificações da Ilha de Santa Catarina.

Não poderíamos deixar de citar, também, as gravuras coloridas dos oficiais, soldados, ordenanças e outros militares, que serviram às guarnições da Ilha durante a época de que trata a obra.



A cidade de Palhoça teve como seu fundador Caetano Silveira de Matos que, em 1793, por ordem do governador João Alberto de Miranda Ribeiro construiu um «armazem ou palhoça nos matos da Terra Firme, para fazer um depósito de farinha com que possa subsistir naquele lugar caso me veja na precisão de me retirar a ele, depois de fazer na Ilha toda a oposição que me for possível ao inimigo». Naturalmente, Miranda Ribeiro tinha presente a lição da tomada da Ilha pelos espanhóis, em 1777, quando o governador dela teve que homiziar-se no Continente.

TRES PINGOS DE HISTORIA

★ Em 1879, o sábio alemão, o abade João Martinho Schleyer deu a conhecer uma língua artificial, por ele inventada e a que deu o nome de VOLAPUK, formado de «world», mundo e «speack», falar. Essa língua, que ele pretendeu tornar universal, teve, realmente, durante quase um decênio, grande sucesso no mundo inteiro.

Pelos fins do século passado, havia mais de 20 jornais redigidos em «Volapuck» e cerca de 300 «Volapuckclubes». O aparecimento do Esperanto, de Zamenhoff, acabou desbancando aquele idioma que era de fácil aprendizagem, pois, além de compreender oito vogais, sempre longas e dezoito consoantes, absolutamente fonética, tinha como únicas palavras variáveis os substantivos, os pronomes e os verbos. As raízes verbais eram tiradas um terço do inglês, um terço do latim e o resto do alemão.

★★ Nas ultimas duas décadas do século passado, o «Volapuck» teve grande aceitação entre alguns intelectuais do Desterro e de outras cidades da então Província de S. Catarina. Entre os letrados desterrenses que estudavam e se correspondiam no idioma do Padre Schleyer, contavam-se José Brasilício de Souza, professor de música e compositor do hino do Estado de S. Catarina, Eduardo Nunes Pires, professor de latim, escriturário do Tesouro Provincial e inspirado poeta e ainda Afonso Cavalcante do Livramento, Primeiro Tenente da Marinha e também estimado intelectual.

★★★ E, em Blumenau, também por aquele tempo, havia alguns «Volapukistas, como o Dr. Wiegand Engelke, o Dr. Fritz Muller, o Padre José Maria Jacobs, este último até distinguido com o título de mestre da língua de Schleyer e Benjamin Carvalho de Oliveira, escriturário da Comissão de Terras. O sr. Abelardo de Souza, parente de Brasilício, que preparara um interessante trabalho sobre a vida do seu ilustre ancestral, teve a gentileza de mostrar-nos algumas cartas trocadas entre José Brasilício e os «volapuquistas» blumenauenses, principalmente com o Dr. Wiegand Engelke. Constituem, essas cartas, interessante contribuição ao melhor conhecimento da vida intelectual de Blumenau nos fins do passado e nos começos do presente século. Seria oportuna a transcrição dessas cartas, não fossem estreitos os limites destes «pingos». Mas não faltará ocasião de fazê-lo em outra oportunidade.

A COLONIZAÇÃO BELGA E A ASSEMBLÉIA PROVINCIAL

Em abril de 1842, quando o engenheiro belga Charles van Lede procedia aos trabalhos preliminares para a fundação da sua já muito discutida colônia belga (hoje Ilhota), uma das comissões da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina deu o seguinte parecer num requerimento do mesmo colonizador: A Comissão de Estatística foi presente a carta que a esta Assembléia endereçou, em data de 12 do corrente, o ilustre sr. Charles van Lede, delegado da Sociedade Belga de Colonização, dando conta da sua comissão a esta província e manifestando sinceros desejos de que a Assembléia pronuncie com franqueza a sua opinião acerca do estabelecimento de uma colônia de artistas e agricultores belgas no centro desta Província; e pedindo informações detalhadas sobre todas as terras já concedidas e ocupadas e das leis de colonização em vigor a fim de poder prevenir para o futuro quaisquer dificuldades à proseridade e estabilidade de um tal estabelecimento. Se alguma incumbência, senhores, tem sido por vós cometida à Comissão de Estatística, na presente sessão, que a lisongeie, é sem dúvida a do interpôr seu parecer a respeito da carta do ilustre sr. Charles van Lede; e, por isso, a Comissão, grata à confiança que nela depositastes, passa a espende os seus sentimentos sobre o assunto. Não há muitos dias (16-4-1842) foi unanimemente aprovada por esta Assembléia uma representação à Assembléia Geral Legislativa do Império, em que se manifestava pelo modo mais solene as vantagens, a necessidade mesmo, de a Assembléia Geral cooperar com o govêrno de S. M. o Imperador para que se leve a efeito nesta província a projetada Colônia Belga; nessa representação fizemos sentir à Assembléia Geral ser esse o meio de aproveitar-se a imensa extensão do continente da Província, inabitada e inculta; de levar-se a efeito mais rapidamente a extração do carvão de pedra, cujas minas abundam em diferentes lugares da mesma província; de tirá-la da apatia e do estado estacionário em que se encontra; de fazer prosperar o seu comércio pelo aumento da agricultura; e de elevá-la ao mesmo grau, se não superior, da grandeza e de riqueza, a que tem chegado outras Províncias do Império. E assim nos expressamos quando tratávamos somente de expôr o estado de precisão em que nos achamos para acudir a uma obra da mais reconhecida utilidade pública, a reedificação do Hospital de Caridade desta capital; qual não deve ser o empenho desta assembléia em satisfazer as honestas e bem prudentes exigências do delegado da Sociedade que se propõe ao estabelecimento da Colônia por que ela tanto anela? Qual não deve ser mesmo a demonstração da nossa gratidão para com essa sociedade que se propõe numa palavra ao desenvolvimento de todos os meios de grandeza, riqueza e prosperidade de nosso país. Por essas considerações óbvias às mais mesquinhas inteligências e por outras que não são alheias de vossa atilada penetração, a Comissão é de parecer: 1º.) que se responda ao ilustre senhor Charles van Lede agradecendo a sua delicadeza e atenção para com esta Assembléia e manifestando-se-lhe os nossos sentimentos acer-

ca da colonização belga por cuja efetividade na nossa provincia a Assembléia se não poupará esforços no que estiver ao seu alcance dentro dos limites da constituição e do aço Adicional; 2º. que se exija da Presidência da Provincia as informações sobre as terras e leis de colonização, acima indicadas para serem transmitidas ao mesmo senhor Van Lede, por intermédio do senhor 1º. Secretário, quando chegarem em tempo que a assembléia já não esteja reunida. 14 de abril de 1842 (Ass:) Caldeira, Faria, Duarte Silva».

UMA CURIOSA INFORMAÇÃO

Quando presidente da Provincia de Santa Catarina o Padre-Conselheiro Vicente Pires da Motta, a Câmara Municipal da Vila de São Sebastião de Tijucas, dirigiu-lhe, a 2 de setembro de 1862, o seguinte curioso officio: «A Câmara Municipal abaixo assinada, sendo-lhe presente a petição inclusa do Professor Público de primeiras letras desta Vila, Tomaz Francisco Xavier em o qual se acha exarado despacho de V. Excia., datado de 25 do mes próximo pretérito pelo qual foi V. Excia. servido mandar a esta Câmara informar, nada inovando no terreno, até decisão final.

Cumprindo, portanto a determinação de V. Excia. esta Câmara em sessão do dia de ontem, nomeou uma comissão para examinar o terreno nacional de servidão pública em o qual está edificada a casa de aula de primeiras letras. Tendo os membros da dita Comissão procedido as necessárias investigações a respeito, afinal apresentaram a esta Câmara o incluso parecer o qual foi unanimemente aprovado e confirmada a doutrina no mesmo exarada.

Esta Câmara Municipal prevalecendo-se da oportuna ocasião tem o dever de repelir respeitosa e perante V. Excia. as provocações que lhe são dirigidas pelo insolente e confiado mestre-escola Tomaz Francisco Xavier por quanto esta Câmara é sapientíssima e nem merece de um tal empregado provincial os pontos de admiração que só por achincalhe a esta corporação empregou em sua petição. Exmo. Senhor, este mau empregado está acostumado a ser moleque, pensa que os membros desta Câmara Municipal são alguns moleques daqueles que o têm acompanhado quando ele tem andado mascarado se dando ao desfrute neste lugar, infelizmente não tem uma autoridade justiceira que ponha cobro à má conduta deste mestre-escola pois está sendo apatriciado pelos seus colegas, mormente o sub diretor que aplaude quanto ele pratica. Finalmente, pedem V. Excia. se dignasse fazer justiça que o caso requer». (Livro de Registro de Correspondência da Câmara de Tijucas, 1862, pags. 1 e verso).

Companhia

COMERCIAL SCHRADER

BLUMENAU — Santa Catarina
Caixa Postal 4 - Telegramas «CIASCHRADER»

110 anos de tradição no comércio do
Vale do Itajaí

Sede, Administração, Escritório e Lojas
Rua 15 de Novembro, 117

Telefones: 22-0411 e 22-0736
Depósitos: Rua Itajaí, 260
Telefone: 22-0429

Oficina mecânica especializada "MERCEDES BENZ"

Rua Itajaí, 625
Telefone: 22-0450

Revendedores de Chassis e Peças «MERCEDES BENZ»
Lubrificantes «MOBIL OIL»; pneus e câmaras de ar
«DUNLOP» e «PIRELLI»

Agentes Gerais da "CIA. BOAVISTA DE SEGUROS" e "SANTA CRUZ"
Cia. de Seguros Gerais

Telefone: 22-1024

Electro Aço

Altona S.A.

Rua Eng^o. Paul Werner, 925 - Fones: 22-0422 e 22-0738

Caixa Postal, 30 — Telegrs.: "ELAÇO"

BLUMENAU

Fundição Elétrica de Aços Comuns e Especiais Para:

Indústrias Automobilísticas

Fábricas de Cimento

Companhias de Dragagem

Fábricas de Máquinas

Equipamentos de Britagem,

de Terraplenagem,

Reposição e de Manutenção.

Batalhões Rodo-Ferrovários

Fábrica de Tratores

DESDE 1933

A PROCEDÊNCIA GARANTE A QUALIDADE

(Impresso na Tipografia Centenário de Timbó Ltda.)